

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA ANTÁRTICA PARA CHINA E ÍNDIA A LUZ DO REALISMO OFENSIVO DE MEARSHEIMER

Mônica Heinzelmann Portella de Aguiar¹

Leonardo Faria de Mattos²

Introdução

Este artigo visa analisar o papel ocupado pela China e pela Índia no Sistema do Tratado da Antártica (STA). O crescimento do protagonismo chinês a nível global é com certeza uma das grandes ocorrências do século XXI e suscetível de alterar o equilíbrio do sistema multipolar. A partir desta exposição, trata-se de questionar qual o futuro que aguarda o STA frente aos interesses estratégicos dessas duas potências emergentes globais. O processo de cooperação internacional estabelecido entre os países membros do STA continuará estável ou pode retroceder e levar ao fim do regime?

No campo das Relações Internacionais não é possível antever o futuro do sistema internacional, mas a observação de certas variáveis permite conjecturar a respeito de cenários plausíveis. O artigo tem por propósito investigar até que ponto, a nova liderança exercida pela China e pela Índia no sistema internacional, pode interferir no equilíbrio de poder alcançado pelo STA. O tema tem sido levantado por alguns pesquisadores especializados em política antártica, sobretudo Anne-Marie Brady (2017). O Brasil, apesar de signatário e membro consultivo do STA, não dedica muita atenção às questões políticas que cercam o sexto continente. Já os autores consideram que a proximidade

¹ Professora adjunta do Departamento de Ciência Política da Universidade Cândido Mendes - UCAM. E-mail: monicahpaguiar@gmail.com.

² Mestre em Estudos Estratégicos pela UFF. Mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (EGN). Instrutor de geopolítica para os cursos de Estado-Maior para Oficiais Superiores e para o de Política e Estratégia Marítima. Coordenador do Grupo de Estudos de Geopolítica Corrente do Laboratório de Simulação e Cenários da EGN. Professor visitante do Mestrado profissional em Estudos Marítimos (PPGEM) da EGN. E-mail: lfmatto@gmail.com.

geográfica com o Brasil, a relevância da Antártica para dois de nossos vizinhos (Argentina e Chile com reivindicações de soberania), a importância estratégica e climática do continente, a possível revisão do Protocolo de Madri (2048) justificam um maior entendimento sobre o assunto³.

A primeira parte desse artigo visa contextualizar o STA bem como apresentar as circunstâncias em torno da adesão dos dois países citados. Na segunda metade do artigo, analisa-se a atual transformação de China e Índia e pondera-se sobre as consequências que sua crescente necessidade por recursos naturais e energéticos pode acarretar para a manutenção do STA. O arcabouço teórico é o realismo ofensivo tal como concebido por John Mearsheimer. A reflexão desse autor não aborda diretamente a questão antártica, contudo as suas diretrizes conceituais podem ser utilizadas para examinar esse tema porque apontam para os efeitos que o surgimento de novos *hegemon*s podem acarretar no equilíbrio de poder internacional.

Nas considerações finais, argumenta-se que, conquanto possam surgir divergências nos aspectos que regulam a inviolabilidade do continente e a permanência do regime, o conflito não é forçoso. O aumento da competição não implica necessariamente no término do Sistema do Tratado da Antártica, mas irá requerer modificações que o amparem.

Apresentação

A Antártica é o continente mais inóspito do planeta e por isso é o único a jamais ter tido uma população autóctone. A temperatura média no verão é de -30°C, enquanto que no inverno é de -60°C. A menor temperatura já registrada foi de -89,2°C, na Estação russa de Vostok, em 1983. Cerca de 98% do continente é coberto por gelo (espessura média de 2.600 m). O continente também é o mais seco da Terra, com uma precipitação média de 150 mm por ano (tão seco como o Deserto do Saara). É o continente mais alto, com uma altitude média de 2.160 m. A área total é de 13.661.000 km², maior que o Canadá, e equivalente a 1,6 vezes a área total do Brasil.

Diferentemente do Ártico que nada mais é do que uma calota de gelo, a Antártica repousa sobre uma superfície de terra que no passado pertenceu ao megacontinente Gondwana e que ao fragmentar-se deu origem também a América do Sul, África e Oceania. Com base em inferências geológicas estima-se que a Antártica seja abundante em petróleo, gás, cobre, urânio, entre outros minerais de grande valor comercial. Contudo, a dificuldade tecnológica

³ Protocolo ambiental que proíbe a exploração de recursos minerais na Antártica. Poderá ser revisto por maioria simples e um mínimo de 20 membros consultivos.

de extrair esses recursos ainda inviabiliza sua exploração comercial. Em tempo de importantes avanços no campo da bioprospecção e da biotecnologia, a grande diversidade biológica do continente aponta para a potencial riqueza do continente. A Antártica constitui o principal reservatório de água doce do planeta com 70 % do volume total e contribui para refrescá-lo preservando o equilíbrio das temperaturas globais.

Os grandes desafios para a sobrevivência humana impostos pela geografia e clima antárticos reduzem a população permanente do continente às equipes de cientistas que lá se instalam para desenvolver pesquisa. No verão encontram-se cerca de 5.000 pessoas entre pesquisadores e pessoal de apoio logístico nas estações científicas, mas no inverno esse número não passa de 1.000.

Histórico

Os gregos já supunham a existência de um território que se opusesse ao arktos, cuja presença era indicada pela estrela polar das constelações da grande e pequena ursa. Na busca pelo *antiarktos*, o capitão inglês James Cook atravessou o círculo antártico entre 1772-75, percorrendo a região em vão. Em princípios do século XIX, a expedição russa comandada pelo capitão Fabian Von Bellinghausen retomou de forma mais abrangente a trajetória navegada por Cook e em 1820 avistou pela primeira vez a *Terra Incognita*.

As primeiras explorações da região antártica levaram ao surgimento de um importante e predatório negócio de pele de focas que foi posteriormente substituído pela caça às baleias. O intenso trânsito de embarcações comerciais na região estimulou o mapeamento da área e a esse movimento agregaram-se variadas expedições de natureza científica que tinham por objetivo a pesquisa dos fenômenos locais (Hatherton 1986). Em 1911, o Polo Sul foi alcançado pelo norueguês Roald Amundsen em vitória contra o britânico Robert Scott, que faleceu, juntamente com toda sua expedição.

O século XX apresenta as primeiras reivindicações territoriais sobre o continente. Os países com algum histórico de expedição na região ou limítrofes foram os primeiros a fazer seus reclamos de soberania alegando proximidade geográfica, descoberta, direitos sucessórios, etc. Entre 1908 e 1940, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Noruega, França, Chile e Argentina demandaram o equivalente a 2/3 do território antártico sendo algumas dessas reivindicações em áreas superpostas⁴ (Quadri 1986).

⁴ É o caso de Argentina, Chile e Reino Unido que apresentam uma superposição de demandas territoriais. A reivindicação do Reino Unido estabelece que todas as terras e ilhas da latitude

Durante a II Guerra Mundial, o potencial militar da Antártica foi revelado e ela serviu de base para submarinos e navios alemães atacarem os navios mercantes aliados (Ferreira 2009). As rotas polares e suas imediações foram reconhecidas como objetivo estratégico e se tornaram um caminho alternativo para os transportes mundiais entre Ásia, Europa e América (Couto e Silva 2003). Finda a Guerra e dentro de uma perspectiva internacional bipolar, o destino do continente foi decidido pelas duas grandes potências antagônicas: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Cogitaram-se duas propostas nesse período e ambas enfrentaram resistência. O primeiro projeto consistia na internacionalização da Antártica e se deparou com a oposição de alguns países que se negavam a renunciar às suas reivindicações territoriais. A segunda alternativa, a criação de um condomínio de países sob a direção das Nações Unidas também foi descartada, posto que significava a inclusão da URSS e seus satélites no entendimento, fato que contrariava o governo norte-americano. Frente à dificuldade de se chegar a um consenso sobre o status jurídico da Antártica, a *International Council for Scientific Union* (ICSU) resolveu promover um projeto mundial de pesquisa, o Ano Geofísico Internacional (AGI).

O AGI congregou pesquisadores de sessenta e seis países do mundo em um esforço internacional de investigação e cooperação científica. Realizado entre junho de 1957 e dezembro de 1958, ele contribuiu a tornar a ciência uma continuação da política por outros meios (Elzinga 2011) e instigou os EUA a convocar uma conferência internacional para resolver definitivamente a situação legal do continente. Doze países foram convocados para o encontro em Washington D.C em 1959: os anfitriões EUA, a superpotência rival URSS e as nações que tinham montado uma base científica na região durante o AGI e com isso demonstrado seu interesse na Antártica: África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido (Ferreira 2009)⁵. A urgência na resolução do status jurídico da Antártica advinha do fato de que a Índia, líder das nações não alinhadas, tentava desde 1956 declará-la - na Assembleia das Nações Unidas - como um patrimônio comum da humanidade. A determinação soviética de não desfazer suas es-

50°S entre as longitudes 20°W e 80°W são britânicas em função da contínua presença britânica nas Ilhas Falklands. A Argentina, exige o território entre as longitudes 25°W a 74°W. Sobrepondo-se a pretensão anterior, o Chile, por sua vez, requer da longitude 53°W a 90°W.

5 Quando da realização do AGI desconhecia-se que esse seria o requisito para uma futura negociação. O Brasil participou do AGI e chegou a realizar diversos levantamentos oceanográficos, mas por terem sido conduzidos no litoral brasileiro sem envio de expedição à Antártica, o país não foi incluído nos debates. Em nota oficial enviada ao embaixador dos EUA no Brasil (julho 1958), o país protestou por não ter sido incluído na conferência de Washington D.C.

tações científicas e permanecer na Antártica ao término do Ano Geográfico Internacional também pesou na decisão.

Partindo de uma proposta apresentada pelo jurista chileno Julio Escudero Guzman, concebeu-se um modelo de internacionalização parcial do continente acompanhado de uma moratória territorial e visando a preservação da área ao sul da latitude de 60°S. O ingresso na Antártica só seria permitindo a expedições e bases científicas com fins exclusivamente pacíficos de forma a impedir que a área se convertesse “em cenário ou objeto de discórdia internacional” (SAT 2015a). Poderiam aderir ao Tratado todos os países pertencentes a ONU ou que contassem com a aquiescência dos membros originais.

O Tratado foi assinado em 1º de dezembro de 1959, entrando em vigor em 23 de junho de 1961. Somaram-se a ele a Convenção para a Conservação das Focas Antárticas (1972), a Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (1980) e o Protocolo de Madri (para proteção do meio ambiente – 1991) originando o Sistema do Tratado Antártico (STA). Desde então, 41 países se afiliaram ao STA sendo o mais recente a Islândia em outubro de 2015. Atualmente, são 29 países membros consultivos, que possuem direito a voto nas *Antarctic Treaty Consultative Meetings* (ATCMs).

O Brasil aderiu ao Tratado em 1975 sob a política externa do “pragmatismo responsável” do governo Ernesto Geisel (1974-1979). Durante o governo João Figueiredo (1979-1983), tornou-se membro consultivo do STA (setembro de 1983) e inaugurou a estação antártica Comandante Ferraz no ano seguinte⁶.

Considerações Teóricas

A questão de como a Antártica se insere nos interesses internacionais de China e Índia será abordada a partir da perspectiva neorrealista de John Mearsheimer. O paradigma realista parte da tradição inaugurada por E.H. Carr e Hans Morgenthau, mas adquire um viés estruturalista com a contribuição de Kenneth Waltz. Este autor argumenta que é a estrutura do sistema internacional que determina o comportamento dos Estados e não o inverso. Esta perspectiva de “fora para dentro” contrapõe-se a dos primeiros realistas

6 Em fevereiro de 2012, um incêndio de grandes proporções destruiu a estação brasileira, e desde então, o Programa Antártico Brasileiro prossegue com suas pesquisas sendo realizadas a partir dos navios da MB, “Ary Rongel” e “Almirante Maximiano”, e dos Módulos Antárticos Emergenciais (Mattos 2015). A nova estação começou a ser construída em janeiro de 2017 ao custo de US\$ 99,6 bilhões e deve ficar pronta em 2018. A empresa Corporação Chinesa de Importações e Exportações eletrônicas ganhou a licitação e é responsável pela instalação dos módulos (MCT 2017).

que atribuíam a dinâmica do sistema internacional àquilo que acontecia em nível de unidade. Segundo Waltz (1979), o comportamento dos Estados não decorre da política interna ou da agressividade de seus líderes, mas de fatores estruturais como a anarquia e a distribuição internacional de poder.

Negar a influência da unidade sobre a estrutura ou, da política doméstica sobre o sistema internacional, é uma questão que suscita bastante controvérsia. Os autores estruturalistas, Mearsheimer inclusive, estão cientes da simplificação de sua abordagem, mas acreditam ser este o preço a pagar pela criação de uma teoria parcimoniosa. Quando uma teoria se compromete em lidar com o particular, ela corre o risco de perder sua capacidade explicativa e permanecer no plano descritivo. Os autores reconhecem a complexidade da realidade, mas consideram que o objetivo de uma teoria deve ser o de extrair e analisar padrões regulares, ainda que a seleção possa provocar discrepâncias teóricas.

Mearsheimer considera que o sistema internacional é anárquico, não há uma autoridade central que constranja os Estados. Os realistas discordam dos institucionalistas quando estes alegam que instituições multilaterais podem desempenhar a função de coagir Estados mediante a aplicação de sanções. É da falta de segurança que advém a incerteza e a necessidade de assegurar a própria sobrevivência. Na qualidade de atores racionais desconfiados uns dos outros e ignorando o quanto é necessário para se prevenir, os Estados buscam maximizar seu poder. Da motivação defensiva nasce o comportamento ofensivo. Em um cenário de competição, a maneira mais efetiva de garantir a própria segurança é transformando-se em *hegemon*. Mearsheimer constata que as grandes potências não se contentam com o *status quo*: elas são revisionistas em virtude da insegurança do sistema internacional (Mearsheimer 2001).

A anarquia internacional e a busca pela maximização de poder são regras que concernem todos os Estados, contudo nem todos detêm a capacidade militar (inclusive nuclear) e os recursos econômicos e demográficos suficientes para se tornar um *hegemon*. O sistema internacional é majoritariamente comandado pelas grandes potências cujas ações direcionam as relações internacionais fazendo com que os Estados de menor poder desenvolvam outras estratégias de sobrevivência.

Ao surgir uma grande potência, a tendência dos demais Estados é articular-se para conter essa ascensão. Frequentemente, o temor e a falta de informações leva os Estados a se esquivar de um enfrentamento direto e a recorrer ao subterfúgio do “buck-passing”. Neste caso, e tal como no jogo de cartas que nomeia esse comportamento, o Estado passa adiante sua vez. O caso mais emblemático de “buck passing” aconteceu nos anos que prece-

deram a II Guerra Mundial quando os países ocidentais evitaram reagir às investidas territoriais da Alemanha nazista (Kaplan 2012).

É dentro desse contexto teórico que Mearsheimer analisa a ascensão da China como superpotência. Na qualidade de Estado em vias de se tornar *hegemon* regional, ela ameaça os interesses norte-americanos na Ásia e mais especificamente no leste desta. A reflexão de Mearsheimer se concentra na relação sino-americana e como os Estados Unidos devem reconsiderar seu ideário liberal para assumir um posicionamento de *Realpolitik* no campo da política externa (Mearsheimer 2001b).

É de acordo com essa perspectiva que se deve interpretar os laços que os Estados Unidos têm buscado ampliar com parceiros estratégicos da região como a Índia e o Japão. O acordo de cooperação em defesa com a Índia (*Logistics Exchange Memorandum of Agreement* - LEMOA), celebrado ainda no governo Barack Obama, faz parte do reconhecimento dessa nova estratégia, assim como os exercícios navais anuais realizados pela Marinha americana com alguns dos países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) (Rapp-Hooper 2016).

A teoria de Mearsheimer explora as consequências - para os Estados Unidos - da ascensão da China, mas não envereda por como este fato pode impactar o resto do mundo. Tampouco fazem parte de sua análise a Índia ou a questão da Antártica. Sua reflexão, no entanto, aponta para uma mudança de paradigma no atual equilíbrio geopolítico regional e global. Ainda que sua visão sobre a inevitabilidade de um conflito entre potências seja controversa, sua análise é pertinente ao sinalizar para a reconfiguração de poder em curso e o surgimento de novos atores no cenário internacional. É dentro desse quadro realista, de Estados movidos pela insegurança e por pressões de ordem sistêmica, que nos permitimos o exercício de especular sobre como o STA pode ser afetado por essas novas relações de poder.

A China na Antártica

A China, assim como a Índia, não estava representada na Conferência de Washington D.C., de 1959, e somente veio a aderir ao Tratado da Antártica em junho de 1983. O país tencionava participar com expedições a Antártica durante o Ano Geofísico Internacional, mas além dos escassos recursos orçamentários do governo chinês para a ciência, seus planos foram diretamente frustrados pela influência dos EUA que queriam impedir a entrada de países comunistas em um continente de soberania e regulação indefinidos. A China chegou a participar do AGI, mas sem enviar expedição.

Em 1964, foi criada a Administração Oceânica do Estado da China, que tinha como um de seus objetivos organizar expedições polares. A Revolução Cultural (1966-1976), ao ter como um de seus alvos os cientistas - levados em grande parte para fazendas do interior do país - impediu o prosseguimento das atividades na área. Nos anos 1970, o *rapprochement* entre os Estados Unidos e a República Popular da China permitiu sua admissão na ONU e no Conselho de Segurança, como membro permanente, em substituição a Taiwan. A nova orientação da política externa chinesa adveio da ruptura com a União Soviética e da necessidade de reformular o equilíbrio estratégico da região. O país decidiu associar-se a organizações multilaterais e em 1983 foi a vez do STA. No verão seguinte (1948-1985), a China enviou sua primeira expedição a Antártica. O país foi aceito como membro consultivo com direito a voto, em outubro de 1985, por ocasião da XIII ATCM, ocorrida em Bruxelas, na Bélgica (Brady 2017).

Desde 2008, o Programa Antártico chinês está subordinado ao Ministério da Terra e dos Recursos Naturais. O Instituto de Pesquisas Polares, sediado em Xangai, é o órgão que coordena as expedições polares⁷, incluindo a manutenção das estações científicas e do navio quebra gelo “Xue Long”, bem como de todas as pesquisas científicas realizadas tanto no Ártico como na Antártica.

Embora tenha iniciado seu programa antártico após o Brasil, a China já possui quatro estações no continente sendo duas de ocupação permanente:

a) Great Wall (1985), na Ilha Rei Jorge, onde também se encontra a Estação brasileira Comandante Ferraz, com capacidade máxima para 80 pessoas;

b) Zhoughshan (1989), na região de Larseman Hills, próxima a estação científica russa Progress II, com capacidade máxima para 60 pessoas e preparada para operar aeronaves de asa fixa;

c) Kunlun (2009), utilizada somente no verão e com capacidade máxima para 24 pessoas. Cabe ressaltar, que Kunlun fica a 4.087 metros de altitude, sendo a estação científica mais elevada da Antártica, e dista 1.200 km do litoral (mais precisamente, da Estação Zhoughshan, onde chega o “Xue Long”, trazendo material e pessoal para as estações chinesas). Sua posição, no cha-

⁷ A China também possui interesses crescentes no Ártico, tendo em maio de 2013 alcançado o status de observador junto ao Conselho do Ártico, formado pelos oito países que defrontam aquele oceano (Canadá, Dinamarca, EUA, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia). O país opera uma estação científica permanente em Ny-Alesund, Arquipélago de Svalbard, Noruega, desde 2004. Disponível em: <http://www.chinare.gov.cn/en/>. Acesso em: 05 mai de 2015.

mado “Dome A”, um dos últimos pontos daquele continente que ainda não tinham sido explorados, é considerado um dos melhores locais do mundo para observações astronômicas. Os chineses estimam conseguir operar essa estação de maneira ininterrupta a partir de 2020. Da pista de Kunlun para a de Zhoughshan, uma aeronave chinesa leva cerca de quatro horas de voo; e

d) Taishan (2014), também funcionando somente no verão, tendo como principal missão servir de ponto de apoio logístico à Estação de Kunlun, de difícil acesso, pois fica situada no caminho entre ela e a de Zhoughshan.

As expedições chinesas ocorrem todos os anos. Por ocasião da 31^{ff} expedição (verão 2014-2015) e para comemorar os 30 anos de presença chinesa no continente, foi avaliado um local para a construção de uma quinta estação a ser estabelecida, a princípio, em uma ilha do Mar de Ross, em região onde Estados Unidos, Nova Zelândia, Itália, Coreia do Sul e Alemanha também têm estações. A nova estação chinesa está prevista para ficar pronta em 2022 (Guo 2017).

O compromisso político com o programa antártico foi reforçado pela assinatura de um Memorando de Entendimentos entre a China e a Austrália para a criação de uma comissão conjunta responsável por tratar de questões de interesse comum naquele continente (novembro 2014). O acordo, além das questões logísticas, também sinaliza para um movimento político importante por parte da China, pois são exatamente os australianos que mais demonstram preocupação pelo incremento da presença chinesa na Antártica. Das quatro estações chinesas, três ficam localizadas dentro da área reivindicada formalmente pela Austrália e, segundo Brady (2017), a China vem realizando na região atividades militares e prospecção mineral em desacordo com o previsto pelo Tratado de 1959 e o Protocolo de 1991. Segundo a pesquisadora, a Austrália “deve repensar sua avaliação de risco na Antártica e elaborar uma estratégia para proteger seus interesses lá”⁸ (Brady 2017, 6) A China é o maior parceiro econômico da Austrália, e é na ilha da Tasmânia que se encontra a cidade de Hobart, principal *hub* logístico para o Programa Antártico chinês (The Guardian 2014).

A crescente presença chinesa na Antártica também aparece nos números dos turistas chineses que visitam aquele continente. Entre 2016 e 2017, 5.145 chineses estiveram na Antártica representando 15% do total. A China foi o segundo país a mais enviar turistas para aquele continente, somente atrás dos EUA (40%), e pouco à frente da Austrália (14%) (IAATO 2017).

8 “must rethink its assessment of risk in Antarctica and devise a strategy to protect its interests there”.

O Programa Antártico chinês, acompanhando o crescimento econômico do país, teve um significativo aumento em seu orçamento, tendo chegado a US\$ 44 milhões em 2010, o que correspondia ao quinto maior orçamento entre os programas antárticos. Naquele ano, perdeu apenas para os orçamentos dos EUA, da Austrália, do Reino Unido e da Rússia. Em 2014 tornou-se o maior orçamento na Antártica e é o segundo país com maior número de cidadãos lá depois dos EUA (incluindo cientistas, turistas e pescadores) (Brady 2014).

No seu último plano quinquenal (2016-20), a China, declarou ter a intenção política de se envolver na governança de novos campos de atividade inclusive nas regiões polares, de modo a ser considerado uma potência polar. Além de ter sediado em Pequim, pela primeira vez, o encontro das partes consultivas do STA em maio de 2017, o país também está construindo um novo quebra gelo no estaleiro Jiangnan, em Xangai, previsto para operar a partir de 2019. Será chamado de “Xue Long 2” (Liu 2017).

A Índia na Antártica

A Índia foi um dos países que, antes mesmo da realização do Ano Geofísico Internacional, insistiu para que a questão da internacionalização da Antártica fosse debatida na Assembleia das Nações Unidas. Ela opôs-se vigorosamente ao Tratado da Antártica e só aderiu a ele em agosto de 1983, dentro de circunstâncias bastante controversas. Foi a partir de sua independência em 1947 que a política externa indiana passou a se envolver em questões de interesse mundial. Sob o governo do Primeiro-Ministro Jawarhlal Nehru (1947-1964) e por considerar as reivindicações de soberania um vestígio da mentalidade colonizadora e imperialista do primeiro mundo, a Índia posicionou-se a favor de uma solução internacional sob determinação da ONU. Sua tentativa de debater o caso na ONU e formar uma coalizão anti-imperialista esbarrou na resistência conjunta de Argentina e Chile, que embora sendo nações de passado colonial, tinham fortes interesses territoriais no sexto continente (Chaturvedi 2013).

Quando o Tratado foi redigido e ratificado apesar de suas objeções, a Índia relegou o assunto a um segundo plano e se voltou para suas questões regionais. Entre as décadas de 1960 e 1970, o país enfrentou conflitos com os vizinhos Paquistão, China, e também com Portugal por conta do estado de Goa. Sob o segundo Governo da Primeira Ministra Indira Gandhi (1980-1984), a questão geopolítica antártica resurgiu. Na ocasião, no fórum dos países não alinhados, o tema foi novamente levantado e o país se manifestou a

favor da internacionalização do continente (Villa 2004).

A estratégia utilizada pela Índia para chegar a Antártica foi pouco convencional e despertou desconfiança entre os membros signatários do Tratado. Nos verões de 1981/1982 e 1982/1983 foram enviadas duas expedições científicas ao continente. As duas expedições tinham como objetivo principal escolher uma área para erigir a primeira estação científica do país naquele continente. Os indianos, em anos anteriores, já haviam estado em missões de reconhecimento na Antártica contando com a ajuda dos soviéticos. O procedimento atual, embora não fosse ilegal, tampouco obedecia ao comportamento usual que era de aderir primeiro ao Tratado para depois organizar uma expedição. Os indianos sabiam que sua atitude era politicamente condenável, mas se respaldaram no princípio de que o Tratado estava aberto a todos os países da ONU desde que com fins pacíficos (Sharma 2001).

Para Indira Gandhi, as expedições foram a “realização do sonho de uma vida”⁹ fazendo com que a Índia despontasse como potência de peso internacional (NYT, 1982). Como as duas expedições ocorreram após a XI reunião consultiva (jun/jul de 1981), numa época em que as partes só se encontravam a cada dois anos, não houve uma discussão oficial para tratar do assunto. O jornal *New Scientist* (1982) chegou a publicar uma matéria intitulada “Indianos calmamente invadem a Antártica”¹⁰. Na véspera da XII reunião, em 19 de agosto de 1983, a Índia aderiu ao Tratado e conseguiu o status consultivo no decorrer da mesma, em 12 de setembro de 1983¹¹. Foi o processo de promoção mais célere de toda a história do regime, episódio sem precedentes e que nunca mais se reproduziu. Em fevereiro de 1984 ficou pronta a estação científica de Dakshin Gangotri¹², construída por militares do exército indiano, a partir do apoio de uma empresa britânica que possuía experiência em construções naquele continente (Khadilkar 2017).

A admissão da Índia como membro consultivo do STA serviu para esvaziar as críticas ao regime e sinalizar ao mundo que o clube, antes exclusivo, reconhecia o novo equilíbrio da ordem internacional. Ainda assim, permaneceu a suspeita de que o país tivesse como agenda oculta, a intenção

9 “fulfillement of a life-long dream”.

10 “Indians quietly invade Antarctica”.

11 É importante salientar que o Brasil se tornou membro consultivo do Sistema do Tratado da Antártica na esteira do movimento indiano. A candidatura da Índia viabilizou o pedido brasileiro e inibiu qualquer objeção contra, visto a incoerência de aceitar um país em desenvolvimento e recusar outro.

12 Dakshin Gangotri foi abandonada em fevereiro de 1990 em razão dos constantes deslocamentos da massa de gelo sobre a qual a estação foi construída. Atualmente, as instalações da mesma servem de depósito de material em apoio a estação de Maitri que dista 85km.

de implodir o grupo, manobrando suas contradições internas. Entre os países não alinhados também houve inconformismo: alguns interpretaram a atitude indiana como -“defecção” e - um indício de sua cooptação pelos interesses das grandes potências e uma guinada em favor do conformismo político (Beck 2014; Chaturvedi 2013).

É importante salientar que o Tratado é relativamente (e propositalmente?) vago sobre as exigências que devem ser preenchidas para a mudança de status. Refere-se apenas à necessidade de promoção “de substancial atividade de pesquisa científica, tal como o estabelecimento de estação científica ou o envio de expedição científica” (artigo IX, parágrafo 2). Até então, os únicos países, fora dos doze membros originais, a conquistar status de membro consultivo haviam sido a Polônia em 1977 e a Alemanha Ocidental em 1981. O primeiro tardou dezesseis anos e gastou US\$ 3 milhões para construir sua estação enquanto que o segundo investiu US\$ 100 milhões em atividades no continente (Buck 1998). A Índia foi, portanto o primeiro país do Terceiro Mundo a conquistar tal prerrogativa, seguido de perto pelo Brasil.

Quando se analisam as circunstâncias em torno da adesão de China, Índia e outros países ao STA é preciso considerar também a suposta revisão do Tratado prevista para 30 anos após sua ratificação. Os dois choques do petróleo (1973 e 1979) haviam mostrado a extensão da dependência desse recurso natural e previa-se que a proibição de exploração de recursos minerais seria suspensa em 1991. Entre 1982 e 1988 ocorreram diversas reuniões para elaborar o marco regulatório do que seria o novo regime de exploração, a Convenção para a Regulação de Atividades sobre Recursos Minerais (CRAMRA). Durante a década de 1980, muitos países (18 em total) aderiram ao STA e/ou buscaram se tornar parte consultiva com o fim de participar do processo de negociação da CRAMRA.

A CRAMRA foi assinada, mas nunca chegou a ser ratificada e acabou sendo abandonada devido a pressões dos movimentos ambientalistas. A Austrália e a França lideraram o bloco dos que se opuseram à ratificação da convenção. Em 1991, ela foi substituída pelo Protocolo de Madri, que fortaleceu a proteção ambiental da Antártica, proibindo qualquer exploração mineral para fins comerciais naquele continente pelos próximos 50 anos a partir de sua data de ratificação (1998).

A Índia possui duas estações científicas permanentes:

a) Maitri (1989), com capacidade máxima de 40 pessoas, localizada a cerca de 100km do litoral, na Dronning Maud Land; e

b) Bharathi (2012), com capacidade máxima de 72 pessoas, localizada

a 3.000 km a leste da estação de Maitri, bem no litoral de Larsemann Hills.

As expedições indianas ao continente têm frequência anual e a trigésima sexta foi realizada no verão de 2016 a 2017. Entretanto, a dependência de apoio logístico externo é uma das grandes fragilidades do programa antártico indiano. O país ainda não possui um navio polar e desde o início de seu programa arrenda navios estrangeiros. Outra limitação ocorre para os aviões e helicópteros, todos contratados junto a empresas especializadas. A Marinha e a Força Aérea indiana chegaram a participar com seus helicópteros e aviões, mas somente até 1994. Até mesmo a presença de militares das três Forças, que era significativo nos anos 1980/90, passou atualmente a ser quase zero. Segundo Khadilkar (2017, 318), “existe uma necessidade urgente de um amplo debate para determinar o que a Índia deseja da Antártica e qual a relevância dela para os interesses estratégicos do país”¹³. Segundo o mesmo autor, a sociedade indiana, mesmo as classes mais educadas, pouco sabe sobre aquele continente, o que demanda do governo mudanças no sistema educacional, introduzindo o tema desde cedo.

Examinando o avanço de China e Índia

Em 2010, quando no cargo de Secretária de Estado, Hillary Clinton reconheceu o surgimento de China e Índia como dois novos *hegemon*s na região da Ásia Pacífico, capazes de alterar não somente o equilíbrio regional como eventualmente o global.

Sabemos que muito da história do século XXI será escrita na Ásia. Essa região verá a maior transformação econômica do planeta. A maioria de suas cidades se tornarão centros globais de comércio e cultura. E à medida em que mais pessoas da região têm acesso à educação e oportunidade, veremos o surgimento de uma próxima geração de líderes regionais e globais nos negócios, ciência, tecnologia, política e artes (US Department of State 2010).¹⁴

¹³ “There is an urgent need for a wider debate to determine a national vision towards Antarctica and its relevance to the strategic interests of the country”.

¹⁴ (...) we know that much of the history of the 21st century will be written in Asia. This region will see the most transformative economic growth on the planet. Most of its cities will become global centers of commerce and culture. And as more people across the region gain access to education and opportunity, we will see the rise of the next generation of regional and global leaders in business and science, technology, politics, and the arts.

O discurso de Clinton aponta para uma realidade ainda em vias de construção. Em 2016, os Estados Unidos mantiveram seu status de superpotência global com um PIB de US\$ 18,6 trilhões e um crescimento de 1,6% que deve se estabilizar nesse patamar nos próximos anos. A economia chinesa, a despeito da redução no seu ritmo de crescimento, aumentou 6,9% (2016) e seu PIB chegou a US\$ 11,2 trilhões (2016) (WB 2017). Apesar do PIB não ser um indicador completo, pois mensura mais a produção industrial de uma economia do que sua produção de conhecimento, ele ainda assim é relevante para conhecer a situação de uma nação. Mantido um crescimento médio de 3 a 4% ao ano, a economia chinesa deve superar a norte americana antes de 2030.

A estratégia chinesa de desenvolvimento enfatiza a realização de grandes obras de infraestrutura relacionadas ao projeto denominado “one Belt, one Road” (um cinturão, uma estrada). A nova “Rota da Seda” visa atender os interesses geoeconômicos da China ligando o país, por via terrestre e marítima, ao restante da Ásia, África e Europa. O financiamento das obras está sendo realizado por meio do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) criado em 2015 por iniciativa chinesa como uma alternativa ao Banco Mundial.

O PIB da Índia, em 2016, alcançou o valor de US\$ 2.2 trilhões e se encontra em curva ascendente com média de crescimento de 7 % ao ano (2016). Como a população indiana gira em torno de 1,3 bilhões (2015), a renda per capita é de US\$ 1.600, o que posiciona o país na categoria de renda média baixa. A título de comparação, o Brasil - com dimensão econômica equivalente - apresenta uma renda per capita de US\$ 9.850 (2015). Em 2013, apenas 1 % da população indiana tinha recursos suficientes para ser alvo de cobrança de imposto de renda.

No que diz respeito ao seu status internacional, a China já é uma potência global, enquanto a Índia caminha para ser mais do que um ator regional. Dos 180 países com que a China tem relações comerciais, ela se tornou principal parceira de 124 (Gemawat e Hout 2016). Apesar de economicamente assimétricas, a Índia é considerada peça estratégica para contrarrestar a hegemonia chinesa na Ásia. As necessidades e rivalidades de ambos os países tendem a repercutir globalmente. Enquanto o aprofundamento da malha econômica sino-asiática é encarado pela Índia como um entrave às suas próprias ambições, a China considera a ascensão indiana uma ameaça geopolítica. Se o corredor econômico China-Paquistão contraria os indianos, o mesmo pode ser dito da cooperação de defesa Índia-Estados Unidos para os chineses. Já politicamente, a democracia indiana contrapõe-se ao modelo de partido único chinês.

A ascensão pacífica da China tem, desde 2010, revelado uma inflexão de rumo. A política externa chinesa, sobretudo no que diz respeito aos interesses geopolíticos no Mar Meridional, manifesta mais assertividade na sua projeção de poder e leva à desestabilização de uma região altamente sensível aos interesses internacionais. As ações combinam a construção de ilhas artificiais guarnecidas de bases militares com a reivindicação de soberania marítima sem base na Convenção dos Direitos do Mar, posicionamento de plataformas de petróleo em águas disputadas com o Vietnã, o desacato de decisão internacional desfavorável no contencioso com as Filipinas, a inobservância do direito de livre passagem de embarcações e a disputa com o Japão pelas Ilhas Diaoyu/Senkaku, esta última, no Mar do Leste. A China atrita-se com todos aqueles países que, direta ou indiretamente, contrariam sua crescente busca por protagonismo.

A Índia, por sua vez, tem se distanciado do legado de não alinhamento que pautou sua política externa desde a independência e vem assumindo uma postura de maior pragmatismo em suas relações internacionais. Nova Deli, dentro de uma perspectiva de mundo multipolar e globalizado, busca a inserção internacional por meio do poder material e rejeita como obsoleto o modelo que serviu de via alternativa durante a Guerra Fria. É à luz desse entendimento que deve ser analisada a recente aproximação estratégica com os Estados Unidos.

Até quase o final do século XX, o avanço econômico de um Estado o situava, quase que automaticamente, em um nível de paridade militar com seus adversários/competidores. A partir do momento em que se intensificou o uso de tecnologia na ação militar aprofundou-se a distância entre o potencial bélico de cada Estado. A mobilidade dentro do sistema internacional é pouco flexível quando se trata da ascensão de novos atores e/ou descenso dos antigos *hegemon*s. O êxito do crescimento econômico não supre necessariamente as lacunas de tecnologia. China e Índia continuam enfrentando o desafio de superar a distância tecnológica que as separa das economias mais desenvolvidas (Brooks e Wolforth 2016).

Atualmente, mais da metade das exportações chinesas consiste em produtos industriais fabricados por meio de “processing trade”, isto é, mercadorias cuja montagem acontece no país a partir de partes e componentes estrangeiros, sem uso de tecnologia local. O modelo de produção é conveniente na medida em que atrai recursos externos e atividade industrial para a China permitindo que as empresas estrangeiras se beneficiem do baixo custo da mão de obra chinesa e de algumas concessões tarifárias (EAF 2012). A precariedade da tecnologia local é revelada pela receita auferida do uso de direitos de propriedade intelectual (patentes, direitos autorais, marcas registradas,

processos industriais, etc). Enquanto a China (com Hong Kong) arrecadou US\$ 1,7 bilhões e a Índia US\$ 467 milhões em 2015 em direitos de propriedade intelectual, os Estados Unidos receberam US\$ 124 bilhões e Países Baixos e Japão – segundo e terceiro colocados - registram uma receita três vezes inferior à norte-americana, US\$ 39 bilhões e US\$ 36 bilhões respectivamente (WB).

A discrepância nos valores recolhidos revela o peso que a tecnologia e o conhecimento científico ocupam no desenvolvimento dos países analisados. Há de se ter em conta, porém, que a cobrança de direitos autorais retrata um quadro pregresso, visto que as patentes costumam durar vinte anos. China e Índia têm adotado estratégias de reversão de sua condição de atraso tecnológico. Considerando que um artigo científico é muitas vezes o embrião de uma inovação tecnológica, torna-se necessário analisar o número de artigos científicos publicados pelos países. Em 2013, os Estados Unidos publicaram 412 000 artigos no campo da chamada ciência dura (física, química, biologia, matemática, biomédicas, engenharia, tecnologia e afins) enquanto que a China ficou em segundo lugar com 401 000 (WB)¹⁵. Quanto aos investimentos em tecnologia e pesquisa, e recordando as disparidades econômicas entre os países, a Coreia do Sul aloca 4,29% de seu PIB nessa atividade, enquanto o Japão direciona 3,58%, os Estados Unidos 2,73%, a China 2,05% e a Índia 0,82% (WB 2005/15).

Atualmente, China e Índia perfazem juntas 40% da população mundial. Em 2016, nasceram cerca de 26 milhões de indianos e 17 milhões de chineses (Statística 2016). O relaxamento da política de filho único na China deve estimular ainda mais o número de nascimentos no futuro. Ambos países possuem baixos índice de consumo de energia per capita e estima-se que esses valores devem subir. Para atender ao aumento da demanda, os indianos, assim como os chineses, terão que buscar novas fontes de energia (EIA 2015b).

A manutenção do Tratado da Antártica, com o continente voltado apenas para as pesquisas científicas e sob rígido controle ambiental pode não ser do interesse desses atores que dispõem de cada vez mais voz no sistema internacional.

Considerações finais

A ascensão da China como novo ator global e a expectativa de que

¹⁵ Índia 93 000, Japão 103 000, França 72 000, Alemanha 101 000, Israel 11 000, Países Baixos 30 000 (2013).

a Índia venha igualmente a desempenhar esse papel em um futuro próximo ensejam especulações sobre a permanência do regime do STA. A matriz teórica do realismo ofensivo de Mearsheimer parece apontar para o fim da inviolabilidade do continente branco, até porque não existe um mecanismo de enforcement do regime. Contudo, não necessariamente o conflito seria de natureza militar.

Analisando a história mais recente de suas relações externas, Índia e China têm incorrido em conflitos entre si ou com vizinhos por questões de origem histórica: controvérsias de fronteira e/ou ideológicas. No caso da China, desde a morte de Mao, o país tem buscado aderir - com sucesso - aos principais organismos internacionais. A Índia, por sua vez, com os benefícios auferidos pelo processo de globalização, tem se inclinado a uma retórica mais alinhada. Dentro de uma perspectiva realista, interesses nacionais podem colidir com o pertencimento a regimes internacionais e provocar uma diminuição da cooperação, mas tal atitude não leva necessariamente ao revisionismo e ao conflito militar.

Pode-se especular que em um futuro não muito distante, motivadas pelo modelo realista de busca de segurança material para suprir as necessidades de suas vastas populações e abertas à possibilidade de revisão do Protocolo de Madri (2048), China e Índia capitaneiem um movimento visando a suspensão ou flexibilização da exploração mineral na Antártica. Até agora, em termos ambientais, tanto China quanto Índia têm superado suas reticências iniciais, assumindo sua parcela de responsabilidade internacional e se empenhado em reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Ambas assinaram o Acordo de Paris de 2015 e é de se supor que a preocupação ambiental abarque também a manutenção do STA e a preservação da Antártica como continente essencial para o equilíbrio climático do planeta, contudo tal posicionamento pode sofrer um retrocesso.

Os autores acreditam que uma possível fonte de tensão na Antártica tem a ver com a ausência de uma regulação específica sobre bioprospecção. A linha que separa a pesquisa científica lícita da biopirataria é tênue e pode dar origem a conflitos internacionais de ordem legal. Deve-se criar um marco regulatório que compatibilize os princípios do STA com a legislação internacional sobre o tema (Convenção sobre Diversidade Biológica e Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao comércio) (Guyomard, 2010). Atualmente, a China tem demonstrado dificuldades em atuar dentro dos princípios que regem os direitos de propriedade intelectual de empresas estrangeiras e seus procedimentos causam desconforto nas relações internacionais. A deliberação diplomática será fundamental para proteger os direitos de patentes sem ferir o status internacional do continente as-

sim como respeitar as demandas territorialistas. Nesse sentido, talvez possam ser aproveitadas algumas das contribuições da extinta CRAMRA.

Em um futuro ainda difícil de precisar, tanto a Antártica quanto o próprio STA se tornarão temas sensíveis e estratégicos do cenário político internacional. É importante fixar desde já a posição do Brasil neste debate de forma a resguardar não somente o continente como os interesses nacionais.

REFERÊNCIAS

- Beck, Peter. 2014. *The international politics of Antarctica*. New York: Routledge revivals.
- Brady, Anne-Marie. 2013. China's Antarctic interests. In: BRADY, Anne-Marie (ed.) *The emerging politics of Antarctica* 2, 31-49. . New York: Routledge.
- _____. *Evaluating China as an Antarctic State*. Available from: <https://www.wilsoncenter.org/event/china-and-antarctica>. Accessed on July 05, 2017.
- _____. 2017. *China as a Polar Great Power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brasil. *Programa Antártico Brasileiro*. Available from: <https://www.mar.mil.br/secirm/proantar.html>. Accessed on May 10, 2015.
- Brooks, Stephen; and William Wolforth. 2016. "The once and future superpower: why China won't overtake the United States". *Foreign Affairs*.
- Buck, Susan. 1998. *The global commons: an introduction*. Washington DC. Island Press.
- Burden, Hilary. Xi Jinping's Tasmania visit may seem trivial, but is full of strategy. Available from: <https://www.theguardian.com/world/2014/nov/18/xi-jinpings-tasmania-visit-lacking-congruity-full-of-strategy>. Accessed on August 24, 2017.
- Chatuverdi, Sanjay. 2013. "India and Antarctica: Towards post-colonial engagement?". In: *The emerging politics of Antarctica*, by Anne-Marie Brady (ed.). New York: Routledge, 50-74.
- Ferreira, Felipe R.G. 2009. *O sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG.
- East Asia Forum (EAF). *China's processing trade*. October 27, 2012. Available from: <http://www.eastasiaforum.org/2012/10/27/chinas-process>

- ing-trade/. Accessed on July 05, 2017.
- Elzinga, Aant. 2009. "Origins and limitations of the Antarctic treaty". In: *Science diplomacy: Antarctica, Science and the governance of international spaces*, by Berkman, Paul Arthur; Michael A Lang.; David Walton and Oran Young. (ed). Washington: Smithsonian Institution, 59-67. Available from: <http://www.atsumit50.org/media/book-10.pdf>. Accessed on June 06, 2013.
- Energy International Agency (EIA). 2015a. *China Overview*. Available from: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=ch>. Accessed on April 24, 2015.
- _____. 2015b. *India Overview*. Available from: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=in>. Accessed on May 09, 2015.
- Gemawat, Pankask, and Thomas Hout. 2016. "Can China's companies conquer the world?: the overlooked importance of corporate power". *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/can-chinas-companies-conquer-world>. Accessed on March 01, 2017.
- Guo, Meiping. 2017. Unveiling China's fifth research station in Antarctica. Available from: https://news.cgtn.com/news/3d4d6a4d3249444e/share_p.html. Accessed on July 06, 2017.
- Guyomard, Ann-Isabelle. 2010. "Ethics and bioprospecting in Antarctica". *Ethics in science and environmental politics* 10, 31-44. Available from: <http://www.int-res.com/articles/esep2010/10/eo10p031.pdf>.
- Hatherton, Trevor. 1986. "Antarctica prior to the Antarctic Treaty: a historical perspective" In: *Antarctic Treaty System: an assessment*. Washington (DC): National Academy Press.
- International Association of Antarctica Tour Operation (IAATO). *Statistics 2013-2014 Tourists by Nationality*. Available from: <https://iaato.org/documents/10157/1017626/Tourists+by+Nationality+-+Total.pdf/9a175577-5e15-4ee8-97d4-5a4327c4ea25?version=1.0>. Accessed on July 05, 2017.
- Kaplan, Robert D. 2012. "Why John J. Mearsheimer is right (about some things)". *The Atlantic*. Available from: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2012/01/why-john-j-mearsheimer-is-right-about-some-things/308839>. Accessed on July 05, 2017.
- Khadilkar, Jagadish P. 2017. *Antarctica: the frozen continent's environment, changing logistics and relevance to India*. Nova Delhi: Bloomsbury.
- Liu, Nengye. 2017. Antarctica will test China's ability as a global leader. <https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/9658-Ant>

- arctica-will-test-China-s-ability-as-a-global-leader. Accessed on July 05, 2017.
- Mearsheimer, John . 2001. *The tragedy of great power politics*. New York, W.W. Norton & Company, Inc.
- _____. 2001. Interview with the author. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/northeast-asia/2001-09-01/interview-author>. Accessed on June 27, 2017.
- Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Estação antártica Comandante Ferraz começa a ser reconstruída. Available from: <http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2017/01/estacao-antartica-comandante-fer-raz-comeca-a-ser-reconstruida>. Accessed on July 06, 2017.
- New Scientist. 1982. “Indians quietly invade Antarctica”. Available from: <https://books.google.com.br/books?id=Y0ABZsoYl5oC>. Accessed on January 18, 2018.
- New York Times. 1982. “Expedition from India arrives in Antarctica”. Available from: <http://www.nytimes.com/1982/02/16/science/expedition-from-india-arrives-in-antarctica.html>. Accessed on May 17, 2015.
- Quadri, Ricardo. 1986. *La Antartida en la política internacional*. Buenos Aires: Ed. Pleamar.
- Rapp-Hooper, Mira. 2016. “Confronting China in the south China Sea: multilateralism is freedom of navigation’s next step”. *Foreign Affairs*. Available from: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2016-02-08/confronting-china-south-china-sea>.
- Statistica. Available from: <https://www.statista.com/statistics/250650/number-of-births-in-china/>. Accessed on April 19, 2017.
- Secretariat of the Antarctic Treaty (SAT) (a). Treaty. Available from: http://www.ats.aq/documents/keydocs/vol_1/vol1_2_AT_Antarctic_Treaty_s.pdf. Accessed on May 17, 2015.
- Secretariat of the Antarctic Treaty (SAT) (b). Parties. Available from: http://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=e >. Accessed on May 17, 2015.
- Sharma, Satya. 2001. *Breaking the ice in Antarctica: the first Indian wintering in Antarctica*. New Delhi. New Age International Publishers.
- U.S Department of State. 2010. Clinton’s speech: Americas engagement Asia Pacific. Available from: <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2010/10/150141.htm>. Accessed on October 27, 2017.
- Waltz, Kenneth. 1979. *Theory of international politics*. Illinois, Waveland Press.

World Bank Open Data. Available from: <http://data.worldbank.org/>.

RESUMO

O Tratado da Antártica foi assinado ainda durante a Guerra-Fria com o objetivo de preservar o continente e transformá-lo num território isento de conflitos, priorizando a cooperação científica. Apesar de ter quadruplicado o número de seus signatários, O Sistema do Tratado da Antártica (STA) enfrenta hoje as incertezas que caracterizam a nova ordem internacional. Este artigo visa analisar, desde a perspectiva realista de John Mearsheimer, a importância estratégica da Antártica e os interesses de China e a Índia neste continente, especulando como sua ascensão no cenário internacional pode impactar o futuro do Sistema do Tratado da Antártica.

PALAVRAS-CHAVE

Sistema do Tratado da Antártica; Realismo ofensivo; China.

*Recebido em 11 de maio de 2018.
Aprovado em 04 de julho de 2018.*